

* Marco Antonio Felício da Silva



O III Programa Nacional de Direitos Humanos, recentemente divulgado, de conteúdo, objetivos e linguagem marxista-gramscista, é inequívoca prova de que vivemos sob um processo revolucionário, conduzido por ex-militantes da luta armada, que assolou o País nas décadas de 60 e 70, alguns, hoje, partícipes do primeiro escalão governamental. A meta fundamental era a de instalar, no Brasil, um regime policial, totalitário, comunista: a ditadura do proletariado. Usaram, àquela época, sem qualquer escrúpulo e intensamente, terrorismo seletivo e sistemático, assassinatos, incluso “justiçamento de companheiros”, roubos e assaltos, seqüestros e ações de guerrilha urbana e rural. Usando a mentira em larga escala e de forma repetitiva, pois, na cartilha marxista-gramscista os fins justificam os meios, difundem que a luta que encetaram, ontem, continuada hoje com novas estratégias dissimuladas, visava a conquista da liberdade, da democracia, da justiça e dos direitos humanos. Se mostram travesti-dos de cavaleiros da esperança quando não passam de raivosos frustrados, contrários às liberdades individuais, manipulado-res da população carente e que se utilizam das liberdades democráticas para a destruição da democracia. São os mesmos que defendem a “plena democracia” de Chávez, que esmaga o povo da Venezuela, que se irmanam e ajudam, com prejuízo dos interesses nacionais, aos regimes socialistas bolivarianos da Bolívia, do Equador e do Paraguai. Que apóiam o presidente do Irã, que nega o “holocausto”, que afagam o ditador Kadafi e exaltam a ditadura policial de Fidel e choram em seu ombro, preocupam-se com sua saúde ao mesmo tempo em que esquecem o que morre em greve de fome, preso por crime de opinião e os que apodrecem nas masmorras subterrâneas cubanas. São os mesmos que fundaram o Fórum de São Paulo que reúne todas as organizações latino-americanas marxistas, incluso a violenta e narcotraficante FARC, praticante usual do terrorismo e da tortura, por meio de assassinatos e seqüestros

São os mesmos que vêm criando uma nova estória, um novo consenso social e político dentro da sociedade civil (conceito gramscista que exclui a burguesia e não considera a sociedade nacional). Assim, vêm desenvolvendo intensa ação de denegrimento e desmoralização das Forças Armadas e de seus integrantes, mostrando-os como torturadores e bandidos. Colocam em xeque a lei de Anistia, a destinação constitucional e a própria existência da Forças Armadas. Conseguiram o afastamento do estamento militar da cúpula do governo e a perda da capacidade deste de influir politicamente com a criação do Ministério da Defesa. Este, entregue a civis, transformou-se em moeda de troca no jogo político com reflexos altamente negativos para as Forças. Aliás, quanto a isso, é interessante recordar o que dizia um dos maiores generais da História, Napoleão Bonaparte: “A competência profissional não é somente uma condição de prestígio; é também uma questão de honestidade. A maior imoralidade está em exercer uma atividade que não se conhece.” Essa escalada revolucionária vem se aproveitando da política de mudez permanente, adotada pelos chefes militares, convalidando ações negativas e falsas acusações, passando imagem de fragilidade, por vezes de tibieza.

Como por exemplo, quem, em sã consciência, pode entender e compreender a distribuição de medalhas, que traduzem valores militares, contrariando normas e sentimentos dos militares, a quem jamais fez algo de meritório pelo Brasil ou pelas Forças Armadas, senão denegrí-las. É, no mínimo, uma desmoralização da condecoração e uma afronta aos que as mereceram com dignidade.

O General Castello Branco, exemplo de brasileiro e de soldado, afirmou que “o princípio de lealdade constitucional das Forças Armadas deve se aplicar a dar apoio ao governo constituído e não necessariamente a um dos poderes de governo, se este propõe a destruir o equilíbrio constitucional.”

Em qualquer situação, principalmente quando vivemos um escamoteado processo revolucionário, desastroso para o País, com o aparelhamento do Estado, confirmado por Dilma Rousseff em seu discurso de candidata, no recente congresso do PT, não é possível querer amordaçar, falsamente, em nome da disciplina e da hierarquia, a cúpula militar responsável, estando em jogo os interesses maiores do País, a liberdade da Nação e a dignidade das Forças Armadas, poder coator do Estado e responsável maior pela Soberania Nacional. Não é possível confundir, nestes casos, a grandeza e a servidão dos militares, que os engrandece ao aceitarem calados e de forma espontânea os deveres e as vicissitudes que a profissão impõe, inclusive o sacrifício da própria vida, com a subserviência ou com a mudez que traduz omissão. Um verdadeiro chefe militar não pode, como diria Alfred de Vigny, “...de repente encontrar na mão um sabre de escravo em vez de uma espada de cavaleiro”.

O Gen Maynard Santa Rosa ao chamar a atenção para o famigerado III Programa Nacional de Direitos Humanos, alertando os incautos e alienados bem como a Sociedade Nacional a respeito da chamada “Comissão da Verdade”, que em verdade será uma “Comissão da Calúnia”, mostrou, mais uma vez, as virtudes do grande soldado que é; que em sua mão não cabe o sabre do escravo, mas sim a espada de um verdadeiro cavaleiro a serviço do Brasil.

E não foi ato de última hora, pois, foi contrário à demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, sendo por tal oposição afastado do Ministério da Defesa. Quem o conhece sabe da dignidade como sempre se portou e do seu valor profissional. O grande apoio que tem recebido de militares e de civis, preocupados, conscientemente, com os destinos do País, é uma prova do acerto do seu ato. O de fazer de sua espada de general a espada do cavaleiro, honrando-a e dignificando-a.

General da Reserva

Cientista político

E-mail: marcofelicio@acessa.com